



Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul
GAB. CONS. RONALDO CHADID

DECISÃO SINGULAR DSG - G.RC - 4176/2022

PROCESSO TC/MS	: TC/3557/2019
PROTOCOLO	: 1968846
ÓRGÃO	: AGÊNCIA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE MATO GROSSO DO SUL
JURISDICIONADO	: JORGE OLIVEIRA MARTINS
TIPO DE PROCESSO	: RESERVA REMUNERADA
RELATOR	: CONS. RONALDO CHADID

ATO DE PESSOAL. TRANSFERÊNCIA PARA RESERVA REMUNERADA. INCAPACIDADE DEFINITIVA. *EX OFFÍCIO*. PROVENTOS INTEGRAIS E PARIDADE. REGULARIDADE. REGISTRO.

I – Da Tramitação processual.

Trata-se o presente processo da transferência *ex officio* para a Reserva Remunerada por incapacidade definitiva, concedida pelo Governo do Estado de Mato Grosso do Sul ao servidor **CLAUDIONOR RIOS**, Matrícula n. 63429021, Cabo Policial Militar, pertencente aos quadros da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública de Mato Grosso do Sul.

1.1. – Da manifestação da Divisão de Fiscalização de Atos de Pessoal e Previdência.

Durante a instrução processual, após proceder ao exame dos documentos que integram o feito, basicamente: declaração de acúmulo ou não de proventos, ficha funcional, certidão de tempo de contribuição, parecer jurídico, apostila de proventos e a publicação do ato de concessão, a Divisão de Fiscalização de Atos de Pessoal e Previdência às fls. 77-78 (ANÁLISE-ANA-DFAPP-2442/2022) sugeriu o Registro da presente Transferência para a Reserva Remunerada por incapacidade definitiva após a verificação da regularidade documental.

1.2. – Do Parecer do Ministério Público de Contas.

Os autos foram encaminhados ao Ministério Público de Contas, que emitiu Parecer n. 4ª PRC – 4249/2022 (f. 79) em que opinou favoravelmente ao



Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul
GAB. CONS. RONALDO CHADID

registro do ato de pessoal em apreço.

É o relatório.

II – Do direito e do fundamento da Decisão.

Após analisar os documentos que integram os autos, verifico que o benefício (transferência *ex officio* para a Reserva Remunerada por incapacidade definitiva), foi concedido de acordo com a legislação pertinente, sendo que o servidor preencheu todos os requisitos necessários à sua concessão.

Diante do exposto, acolho o Parecer do Ministério Público de Contas e determino o **REGISTRO** da Transferência *ex officio* para a Reserva Remunerada por incapacidade definitiva, concedida com proventos integrais e paridade ao servidor **CLAUDIONOR RIOS**, Cabo Policial Militar, com fundamento no art. 86, inciso II, art. 94, e art. 95, inciso II, art. 97, inciso IV, §2º, e art. 100, inciso II, todos da Lei Complementar n. 53, de 30 de agosto de 1990, com redação dada pela Lei Complementar n. 127, de 15 de maio de 2008, nos termos da Portaria “P” AGEPREV n. 381/2019, publicada no Diário Oficial do Estado n. 9.862, em 15/03/2019.

É a Decisão.

Remetam-se os autos à Gerência de Controle Institucional para publicação e demais providências, consoante disposições do art. consoante disposições do art. 187, §3º, II, “a”, do Regimento Interno.

Campo Grande/MS, 30 de maio de 2022.

(Assinado digitalmente)

Ronaldo Chadid
Conselheiro Relator

esd